



## Financiamento do orçamento Europeu baseado nos "recursos próprios"

Os eurodeputados consideram inadequada, pouco transparente e injusta a forma como o orçamento da União Europeia é actualmente financiado e pedem a sua reforma. O relatório do eurodeputado francês Alain Lamassoure (Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Cristãos) foi discutido e posteriormente votado em maioria a 29 de Março último, durante a sessão plenária em Bruxelas.

“Ano após ano inúmeros países conseguem com sucesso acordos especiais. O sistema ficou de tal forma complicado ao ponto de se ter tornado antidemocrático e totalmente incompreensível para os cidadãos”. É desta forma que Lamassoure descreve o actual sistema e as suas consequências para a economia Europeia.

O relatório do eurodeputado francês foi realizado após uma análise ao sistema corrente de financiamento do orçamento e propõe uma reforma de duas fases, baseada na igualdade entre os Estados-Membros e na abolição de todos os abatimentos e derrogações, propostos pelo governo britânico liderado por Margaret Thatcher na cimeira de Fontainebleau em 1984.

### “Recursos próprios” na origem do sistema de financiamento

No seu início, o orçamento europeu era inteiramente financiado por “recursos próprios”, nomeadamente pela cobrança dos direitos aduaneiros e pelos impostos cobrados no comércio de produtos agrícolas. No entanto, estes recursos foram perdendo peso com o passar do tempo.

Nas décadas de 80 e 90, o IVA cobrado em cada Estado-Membro tornou-se no recurso mais importante para o financiamento do orçamento. Finalmente em 1988 os países comunitários acordaram a introdução de um novo recurso, baseado na contribuição do Produto Nacional Bruto (PNB), denominado a partir de 2002 por Rendimento Nacional Bruto (RNB). Em 2005 este recurso preencheu 70% do orçamento.

### Parlamento pretende reforma a duas fases

O actual sistema de financiamento tornou-se complexo devido a inúmeros ajustamentos e abatimentos. “Com o passar do tempo, o princípio dos “recursos próprios”, baseado em recursos fiscais cobrado directamente à União Europeia, foi substituído por um orçamento Europeu que provém essencialmente da contribuição dos orçamentos nacionais”, afirma Lamassoure.

O documento, elaborado pelo eurodeputado francês após o Conselho Europeu decidir em 2005 rever as receitas e despesas da União Europeia, pretende um orçamento fi-

nanciado novamente por “recursos próprios”.

Numa provisória primeira fase, o financiamento será baseado na ferramenta do RNB e cada Estado-Membro terá que contribuir com a mesma percentagem (aproximadamente 1%). O objectivo passa por acabar com “os privilégios monetários de todos os Estados-Membros”, incluindo a abolição progressiva do abatimento britânico até 2013.

Para a segunda fase está planeada uma introdução gradual de um novo e genuíno sistema de “recursos próprios”, de forma a terminar com as contribuições a partir de 2014. Este sistema poderá ser baseado nos impostos actualmente aplicados aos Estados-Membros ou ainda numa taxa do IVA nacional fixa e nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo de energia. Outras opções incluem impostos sobre as transacções financeiras (imposto "Tobin"), sobre os serviços de transportes e telecomunicações ou ainda através dos proveitos do Banco Central Europeu e de um imposto ambiental. A posição do Parlamento Europeu ainda não está definida, sendo certo que as competências fiscais continuarão a cargo de cada Estado-Membro.

### **Imposto Europeu no horizonte?**

Através das consultas realizadas a 11 parlamentos nacionais durante a realização do relatório, Lamassoure concluiu que para já ainda não é altura para a criação de um “imposto Europeu”. Este assunto gerou várias opiniões. O eurodeputado francês Gerardo Onesta (Grupo dos Verdes/aliança Livre Europeia) está favorável a este imposto e afirmou que “gostaria de ver o mesmo na versão final do relatório”. Por sua vez, o eurodeputado polaco Kuzmiuk Krzysztof (Grupo União para a Europa das Nações) mostrou-se pessimista, alertando para um possível aumento da carga fiscal dos cidadãos resultante do mesmo.

Para Lamassoure o seu relatório é apenas um primeiro passo. Um segundo relatório, previsto para o final do ano, já deverá conter medidas políticas concretas para a segunda fase do novo sistema proposto e será discutido numa reunião conjunta com parlamentos nacionais no início de Novembro.